**CAMPESINATO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL,   
2000-2020: UM ESTADO DA ARTE**

Raqueline da Silva Santos; FURB; [raquelines@furb.br](mailto:raquelines@furb.br)

Ivo Marcos Theis; FURB; [theis@furb.br](mailto:theis@furb.br)

Área Temática 8: Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar

**RESUMO**

O presente trabalho é fruto de reflexões de uma pesquisa de doutorado. Desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional na Universidade Regional de Blumenau – FURB. Tem como objetivo analisar o campesinato no desenvolvimento regional do Brasil e entender qual o horizonte que sobra para o campesinato no contexto do desenvolvimento capitalista no campo. Com o objetivo de fazer um estudo da arte sobre o tema em questão, foi feito levantamento bibliográfico em base de dados da: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Esse levantamento se deu a partir de cinco palavras-chave: campesinato, desenvolvimento regional, reforma agrária, questão agrária, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sendo a pesquisa delimitada nas bases de dados entre o período de 2000 a 2020. A pesquisa nestas bases de dados resultaram no estudo de teses, dissertações e artigos que tem fundamentado a revisão bibliográfica da pesquisa de doutorado. Porém, no presente resumo restringiu-se a delinear um breve marco teórico conceitual sobre a principal categoria de estudo, o campesinato, e apresentar o processo de construção do estudo da arte.

**Palavras-Chave:** Campesinato. Desenvolvimento Regional. Base de Dados

**1 INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa parte das vivências da pesquisadora, que teve contato com a questão agrária no Nordeste e algumas experiências em outras regiões do Brasil, como no Sudeste e no Sul. Isso fez com que a mesma centralizasse seu interesse para compreender como os camponeses se distinguem entre as regiões do Brasil e qual a contribuição destes para seus territórios. Uma vez que, há uma diferença enorme entre os camponeses no território brasileiro, no que se refere as questões educacionais, econômicas, sociais e formas de organização política, de produção e relações de trabalho.

Para analisar a situação do campesinato no Brasil é preciso estudar a questão da terra, pois há uma problemática histórica. Muitos trabalhos já foram desenvolvidos sobre esta temática, autores como: STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; SILVA, José Gomes da; GUIMARÃES, Alberto Passos; PRADO JR, Caio; RANGEL, Ignácio; ABRAMOVAY, Ricardo; SAMPAIO, Plínio de Arruda; IANNI, Octavio; CARVALHO, Horácio Martins; entre outros vem contribuindo para a construção de uma literatura sobre a questão da terra em nosso país, envolvendo temas como: campesinato, concentração de terras, conflitos agrários, reforma agrária, movimentos sociais do campo e agronegócio.

Neste trabalho centralizamos nosso estudo em torno do campesinato vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Considerando aqui o campesinato enquanto uma classe social que tem um modo de vida próprio e que vem sendo modificado pelo avanço do capitalismo no campo. Os camponeses vem sofrendo com um processo de desterritorialização do seu local de trabalho, dos seus meios produtivos. Com isso a pesquisa te centraliza-se na seguinte questão: como o campesinato se posiciona frente ao avanço do capital no território do campo brasileiro e qual o horizonte sobra para esta classe social?

Para compreender o estudo sobre o campesinato, temos bibliografias clássicas e contemporâneas desenvolvidas por pensadores como: Chayanov (1985, 1981), Lênin (1985), Kautsky (1986), Shanin (2008), Wanderley (1995, 2013, 2014), Martins (1990), Fernandes (1994, 2004, 2008), Oliveira (2005, 2007) entre outros. O debate em torno desta categoria permeia a história do Brasil, tanto no âmbito do senso comum quanto no contexto acadêmico e político. Esta discussão em torno do campesinato está na luta pelas políticas públicas para o campo, está nas diversas problemáticas como: expulsão dos camponeses de suas terras, conflitos de terras, desapropriações, modernização do campo, pobreza no campo, violência no campo, falta de políticas de incentivo à produção do campo e expansão do agronegócio.

Tendo em vista essas problemáticas a pesquisa de doutorado visa fazer um estudo sobre o campesinato no contexto do desenvolvimento regional, objetivando realizar um trabalho que nos permita fazer uma reflexão sobre o campesinato na questão regional do Brasil. Neste artigo, apresentamos o levantamento bibliográfico realizado em bases de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Scientific Electronic Library Online (Scielo); Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A pesquisa nessas bases de dados teve como objetivo fazer um panorama deste debate na área de estudo do Desenvolvimento Regional.

Para a reflexão que se está propondo, o trabalho foi organizado em: uma breve apresentação do marco teórico conceitual que embasa o projeto de pesquisa. Este tópico é complementado com os objetivos, a metodologia e justificativa. No segundo ponto apresenta-se o processo metodológico da pesquisa, a partir do levantamento bibliográfico, com as principais pesquisas mapeadas. No terceiro ponto as considerações finais seguidas das referências estudadas.

**MARCO TEÓRICO CONCEITUAL**

O campesinato tem um modo de vida próprio, se caracterizando pela produção em família e com um modo de organização pautado na colaboração entre seus membros. Além desse modo de vida, o campesinato está inserido em um profundo debate da questão agrária no Brasil. Neste trabalho enfatizamos o campesinato em sua diversidade regional e das diferenças estabelecidas entre si no território brasileiro. Um modo de vida diferente de acordo com os espaços territoriais que ocupam. Para Welch et.al

a diversidade da condição camponesa [...] inclui os proprietários e posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como os povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açaizeiros; os que usufruem dos fundos de pasto até os pequenos arrendatários não-capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras do sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos da reforma agrária (WELCH, et.al, 2009, p.11).

Nessa diversidade nos interessam os camponeses vinculados aos movimentos sociais. Os movimentos sociais são movimentos que provocam alteração na criação ou recriação do território (GONH, 2013). São movimentos que lutam pela terra e resistem frente as profundas mudanças pelas quais vem passando o campo no Brasil. Eles são um exemplo de luta e solidariedade nesse país. Por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que luta pela terra, pela reforma agrária e constitui suas ações sociais através de ocupações, acampamentos e conquista dos assentamentos.

Os camponeses vinculados ao MST é o interesse desta pesquisa. Esses camponeses têm uma produtividade distinta entre si, uma vez que o movimento não é composto apenas de agricultores. Pois, há dentro do próprio movimento outras forças de trabalho, tais como: empregadas domésticas, vendedores, professores (as), gestores, administradores, economistas, ou seja, várias forças de trabalho que vão além da condição camponesa.

Com as transformações decorrentes do avanço do capitalismo o campesinato também passou por modificações na sua estrutura produtiva e em sua relação com à terra. A sobrevivência, passa a ter relação com outras formas sociais, fazendo com que a família ultrapasse a relação com a terra e busque outras estratégias de sobrevivência, viabilizando a reprodução presente e futura da família.

Desta forma, os camponeses que compõe o MST, seja acampado ou assentado que buscam outras possibilidades de sobreviver, por meio do trabalho externo e consequentemente para além de sua relação com a terra, não deixam de ser camponês, pois para Wanderley

a pluriatividade e o trabalho externo de membros da família não representam necessariamente a desagregação da agricultura camponesa, mas constituem, frequentemente, elementos positivos, com o qual a própria família pode contar para viabilizar suas estratégias de reprodução presentes e futuras (Wanderley, 1996, p.6)

São essas estratégias de reprodução que evidenciam as transformações que o campesinato vem sofrendo no capitalismo, tais como: o êxodo rural, a proletarização, a perda da terra. Nessas transformações buscam reestruturar seu modo de vida, e é neste sentido, que o MST busca organizar outras formas de reprodução social para manter o movimento em ação e enfrentar a realidade imposta pelas relações do capital, ou seja, o mercado, o lucro e a acumulação do capital.

O MST, enquanto movimento social é considerado como um ator político, pois constantemente enfrenta as demandas postas para os camponeses, seja na luta pela terra, na reinvindicação de direitos, na luta pela educação, por apoio aos projetos econômicos, etc. A questão política dos camponeses, é uma questão ideológica, pois defendem modelos de produção, desenvolvimento econômico e social distintos que não visam o lucro e nem a acumulação do capital.

O campesinato considerado aqui como um modo de vida centrado na propriedade, no trabalho e na família busca constantemente preservar sua autonomia e se libertar das servidões. Neste sentido, de libertar-se, que o campesinato no contexto do MST, pode ser caracterizado como “formas particulares da agricultura familiar, que se constitui enquanto um modo de vida específico de produzir e de viver em sociedade” (WANDERLEY, 1996, p.2).

O camponês foi expropriado da sua liberdade de trabalho, pois sua liberdade foi cedendo espaço para a acumulação do capital desde o século XV, desta forma, os trabalhadores do campo foram tornando-se assalariados e expropriados de sua autonomia. Para Marx, a acumulação primitiva precede a acumulação capitalista e ela é o ponto de partida para o modo de produção capitalista. À medida que as condições de produção capitalista são fundamentadas se estabelece novas relações tais como a separação entre trabalhadores e os donos dos meios de produção.

[...] o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. [...] A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre o produtor e o meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 1988, p.340).

Na história da acumulação está a criação da classe capitalista, inserida violentamente, destruindo as condições de sobrevivência dos trabalhadores e tornando-os assalariados. Assim, a acumulação primitiva do capital

[...] significa apenas a expropriação dos produtores de direitos, isto é, dissolução da propriedade privada baseada no próprio trabalho [...] pressupondo, o parcelamento do solo e dos meios de produção, excluindo desta forma, a cooperação, dominação social, regulação da natureza e o livre desenvolvimento das forças sociais produtivas e incluindo com isso a exploração do trabalho alheio, ou seja, a exploração do homem pelo homem, em sua forma mais cruel e livre (Marx, 1988, p. 379-381).

É neste contexto de acumulação, que vai ocorrendo uma distinção entre os camponeses no Brasil. O camponês perde suas terras, se reorganizam no território para sobreviver, perdem a liberdade de aproveitar seu tempo livre, pois o capital vai provocando profundas mudanças no território do campo. O camponês passa a se submeter ao trabalho para grandes proprietários de terras, pois a dinâmica capitalista vai modificando as relações de trabalho no campo e ocorre com isso uma substituição gradativa da autonomia produtiva dos camponeses para a apropriação burguesa e consequentemente a maior concentração de terras (MARX, 1988).

A terra torna-se mercadoria e o campo já não centra sua produção em lavouras de subsistência, ocorre a expansão do capital para o comércio mais amplo, na concentração da monocultura, criação de animais em larga escala e a intensiva produção de *commodities*. A usurpação da terra é legitimada pelas Leis e pelo próprio Estado, de forma muito violenta. Há um favorecimento aos grandes proprietários e com isso há uma relação de “identidade” entre o desenvolvimento da riqueza das nações e o estabelecimento da “pobreza entre o povo” (MARX, 1988, p.349).

A acumulação e a expansão do capital no campo brasileiro se dão de forma diferenciada nas regiões do Brasil, isso ocorre devido a formação territorial no país que apresenta formação histórica distinta entre as regiões, pois quando analisamos a formação do campesinato no Brasil, corroboramos com Girardi quando este fala do campesinato em seu Atlas da Questão Agrária:

O campesinato tem importância demográfica e ocupacional significativa em três regiões brasileiras: Sul, Nordeste e Norte. **O campesinato do Sul**, formado a partir da imigração europeia para a colonização da região, é caracterizado por sua agropecuária diversa e dinâmica. É este campesinato que permite que o Sul faça parte da principal região agropecuária do país. A produção agropecuária do campesinato do Sul é diversificada, com alto grau de produtividade e grande produção. Dentre os três campesinatos, este é o que está inserido de forma mais contundente no mercado. Na composição da população da região Sul ele é importante, de forma que tem papel destacado na ocupação da PEA regional. Seus indicadores de qualidade de vida e renda são positivos, ultrapassando as médias nacionais. Na luta pela terra, tem grande representatividade e significado, haja vista que o campesinato da região Sul é um dos berços do MST e as ocupações de terra aí são numerosas. **O segundo campesinato é o do Nordeste**. Assim como a região na qual está inserido, ele é marcado pelas perdas, expressas principalmente pela baixa produtividade da agropecuária e utilização de meios de produção precários, o que tem como resultado as baixas rendas e indicadores sociais negativos. A principal causa da deficiência deste campesinato está na incapacidade do Estado em promover obras que consigam superar o clima árido da região, o que tem impossibilitado o desenvolvimento da agricultura de forma satisfatória [...]. O campesinato do Nordeste também é bastante representativo na composição da população regional, o que reflete na sua importância na ocupação da população. Na luta pela terra teve importância histórica com as ligas camponesas e hoje é responsável por grande parte das ocupações de terra realizadas no país. **O terceiro campesinato é o amazônico.** Formado a partir das investidas para a ocupação da Amazônia, tem presença marcante dos camponeses nordestinos, que migraram para a região em busca de melhores condições de produção e vida. Populações ribeirinhas caboclas e migrantes do Sul também são representativas neste campesinato. Projetos de colonização do Estado, assentamentos rurais e pequenas posses foram as principais formas pelas quais este campesinato se implantou na região. As atividades extrativistas e a pequena produção agropecuária para abastecimento regional são características marcantes. Como no campesinato do Nordeste, no campesinato amazônico os baixos rendimentos e os indicadores sociais abaixo da média expressam a qualidade de vida precária dessa população. A violência sofrida por este campesinato é intensa e é resultado dos avanços do latifúndio sobre o território camponês (GIRARDI, s/d.)

É no contexto dessa heterogeneidade, que é preciso compreender a lógica da luta camponesa em pleno século XXI. A organização dos camponeses nas diferentes regiões do Brasil se dá de formas diversas: na produção, organizações sociais, relações de trabalho, etc. Se pensarmos regionalmente, alguns apresentam melhores condições de vida que outros, ou seja, há uma estrutura muito desigual na relação do campesinato no Brasil.

Portanto, é preciso discutir a desigualdade entre os camponeses no que tange as regiões do Brasil, bem como o conflito permanente que existe em função da espacialização do capital no campo. Esse conflito é permeado na relação de resistência do campesinato e na expansão do capital, que provoca consequentemente, a desestruturação do modo de vida do campesinato. Desta forma, o capital vai desestruturando o campesinato e contribuindo para o fortalecimento das desigualdades do campo no país. Essas desigualdades são discutidas a partir da questão da terra no Brasil.

O campesinato não é homogêneo no Brasil, aos camponeses por sua vez,

o reconhecimento do plural é mais valorizado do que a pretensa uniformidade, seja conceitual, ou política. Assim, há camponeses clássicos, associativos, originários, neorurrais, polifônicos, intermitentes, virtuais, nômades, exilados, multinacionais, vocacionais (aqueles que ainda não o são, mas desejam ser). [...] o campesinato é um movimento vigoroso e centrípeto, possui uma identidade polifônica sempre em construção e cuja força reside precisamente na união dos diferentes. (VÉRGES, 2011, p. 14).

As dinâmicas de transformações territoriais impactam distintamente os sujeitos do campo. Há camponeses em condições de pobreza, outros em relações de trabalho em cooperativas, outros lutando pela terra, outros se capitalizando. Ou seja, a condição do campesinato no Brasil hoje, não é a mesma de antigamente, é preciso pensar que o campesinato tem diversas faces no território brasileiro. Neste sentido, o objetivo desta pesquisa está em analisar como o campesinato se posiciona frente ao avanço do capital no território do campo brasileiro e qual o horizonte que sobra para esta classe social no contexto do desenvolvimento capitalista.

Este trabalho se justifica em três aspectos: seu caráter prático, teórico e sua contribuição para o desenvolvimento regional. No primeiro aspecto, a relevância social do debate sobre a questão agrária, que engloba outros debates como, o campesinato, a concentração de terras, as desigualdades territoriais, os conflitos no campo, a modernização do campo, os impactos no meio ambiente, a subordinação do camponês, etc., é de suma importância, pois não é só o campo que vem sendo afetado pelas condições atuais do campesinato, mas também a cidade.

O segundo aspecto, que justifica a relevância deste trabalho, é o aspecto teórico, que nos permite refletir e contestar as referências sobre o tema em questão, ou seja, o campesinato na questão regional do Brasil. A teoria camponesa é explicada em pensadores clássicos e contemporâneos, como Chayanov (1985, 1981); Lênin (1985) e Kautsky (1986); Shanin (2005; 2008); Wanderley (1995, 2013, 2014); Martins (1990); Fernandes (1994, 2004, 2008); Oliveira (2005, 2007); Carvalho (2005).

A abordagem sobre movimentos sociais se constrói a partir de leituras de Caldart (1997); Carter (2010); Fernandes (1996; 200); Gohn (2000, 2013); Scolese (2008); Stédile e Fernandes (1999); Vendramini (2000).

Já as referências sobre desenvolvimento regional têm sido construídas a partir dos seguintes autores: Cano (1995); Carvalho (2014); Diniz (2009); Furtado (1997; 1981; 1982; 1999); Oliveira (1981); Theis (2009; 2012; 2019); Barcelar (2002); Randolph (2014); Schumpeter (1997).

Por sua vez, as leituras sobre reforma agrária e questão agrária tem como base fundamental os autores clássicos e contemporâneos, os quais são: Abramovay (1992); Alentejano (2003); Fernandes (1999; 2000; 2001; 2005; 2008; 2002); Girardi (2008); Oliveira (1978; 1997; 2001; 2003; 2004; 2007); Ianni (2005); Kautsky (1986); Lênin (1985); Luxemburgo (1985); Prado Jr (1981), entre outros autores.

E por fim, a abordagem sobre a região concentra suas análises a partir de Breitbach, (1988); Corrêa (1986): Gomes (1995): Oliveira (1987): e Lencioni (2003).

Um terceiro aspecto que justifica esta pesquisa é sua contribuição ao desenvolvimento regional, pois este tema se insere no debate de desenvolvimento e região, nele identificamos implicações territoriais e espaciais, que caracterizam a dinâmica de uma região e seus aspectos de desenvolvimento. O problema regional está ligado à questão camponesa, à questão da terra, da produção, da economia, da modernização do campo e por fim, a pesquisa tem uma importância não só para ampliar o debate em questão, mas para refletir sobre a realidade que vivenciamos.

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

O levantamento bibliográfico foi realizado através da pesquisa bibliométrica em base de dados com as seguintes palavras-chave: campesinato, desenvolvimento regional, reforma agrária, questão agrária, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essas palavras-chave foram buscadas nas bases de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES e no Scientific Electronic Library Online (Scielo).

O levantamento foi organizado em uma planilha do Excel, destacando autor, base de dados, título do trabalho, referência, principais citações, o tipo do trabalho e a data de publicação da pesquisa. Essa organização através da planilha tem colaborado para criar um banco de dados sobre o tema no período delimitado entre o ano 2000 a 2020.

No Banco da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) quando se coloca o termo desenvolvimento regional são apresentados 13,056 resultados, no processo de refinamento delimitamos os anos de 2000 a 2020, tendo uma queda para 12,665 pesquisas, contudo a partir de refinamento dos filtros, selecionamos apenas os programas de desenvolvimento regional da área de Planejamento Urbano e Regional com isso foram encontradas apenas 235 resultados, das quais foram analisas através de seus títulos e resumos. Foram selecionadas apenas nove pesquisas, conforme tabela abaixo, entre teses e dissertações que estabeleciam diálogo com o tema deste trabalho em diferentes contextos, seja no âmbito da discussão do desenvolvimento regional, o debate do desenvolvimento desigual, a questão do pensamento social brasileiro sobre a categoria desenvolvimento, as políticas regionais, as questões dos assentamentos no contexto de políticas do campo.

**TABELA 1 -** **BASE DE DADOS – BDTD – DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **AUTOR** | **TÍTULO** | **CATEGORIA** |
| VARGAS, Diego Boehlke | Planejamento Regional no Brasil no Século XXI: a política nacional de desenvolvimento regional | Dissertação |
| SANTOS, Nelson Afonso Garcia | Tecnologia Social e Economia Solidária Contra o Desenvolvimento Capitalista Brasileiro: lições do desenvolvimento local sustentável cubano | Tese |
| HOSTIN, Regina | Comunicação para o Desenvolvimento: percurso teórico metodológico das abordagens clássicas aos enfoques contemporâneos | Dissertação |
| LASTA, Tatiane Thais | A contribuição do pensamento social brasileiro para a questão regional neste início de século XXI. | Dissertação |
| BENATI, Maria Antonia Fernandes Nabarro de Oliveira | . Identidade territorial e agricultura familiar no município de Rolim de Moura (RO). | Dissertação |
| COÊLHO, Vitarque Lucas Paes | . A Esfinge e o Faraó: a política regional do governo Lula (2003-2010) | Tese |
| PIMENTEL, Andréa Eloísa Bueno | Assentamento de reforma agrária na região do Pontal do Paranapanema e seus impactos econômicos e sociais. | Tese |
| SANTOS, Ana Virginia Pereira dos | A relevância dos movimentos sociais de base na construção de trajetórias de desenvolvimento nas organizações: estudo comparativo entre o papel da APAEB(BA) e COOPFRUT(PA). | Dissertação |
| CONTERATO, Marcelo Antonio | Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul | Tese |

Tabela: elaborada pelos autores

Ainda nessa mesma base, quando se filtrou o conceito de desenvolvimento regional e agricultura familiar nos Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento regional entre os anos 2000 a 2020 foram encontradas 35 pesquisas, as quais não se tem relação com o debate da pesquisa em questão. No que se refere ao tema da questão agrária na BDTD entre os anos 2000 a 2020 foram encontradas 74 pesquisas, das quais foram selecionadas quatro teses e duas dissertações que têm relação com o meu tema de pesquisa, ou seja, o debate que se centraliza ao analisar o campesinato, os movimentos sociais, a luta pela terra e a questão agrária no Brasil.

**TABELA 2 -** **BASE DE DADOS – BDTD – QUESTÃO AGRÁRIA**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **AUTOR** | **TÍTULO** | **CATEGORIA** |
| SILVA, Ana Carolina Silva Ramos | A questão agrária na Colômbia: expansão capitalista e conflitos sociais (1961-1972) | Tese |
| MISNEROVICZ, José Valdir | A territorialização do capital e os novos sujeitos da questão agrária brasileira na contemporaneidade. | Dissertação |
| SILVA, Jetson Lourenço Lopes da | Metamorfoses programáticas no MST: inflexões político-estratégicas na conjuntura do “novo desenvolvimentismo” no Governo Lula | Tese |
| MISNEROVICZ, José Valdir. | A territorialização do capital e os novos sujeitos da questão agrária brasileira na contemporaneidade | Dissertação |
| SOUSA, Reinaldo. Da | A luta por acesso à terra aos desafios da permanência : uma contribuição ao estudo da questão agrária no Brasil e Cuba. (Tese) | Tese |
| FAVARETO, Arilson da Silva | Paradigmas do desenvolvimento rural em questão - do agrário ao territorial | Tese |
| SILVA, Ricardo Oliveira da. | A questão agrária brasileira em debate (1958-1964): as perspectivas de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães | Dissertação |

Tabela: elaborada pelos autores

Ainda na mesma base quando se pesquisou o termo reforma agrária no âmbito dos programas de pós-graduação em desenvolvimento regional, apenas três pesquisas foram encontradas com a temática, as quais direcionavam o debate para questão ambiental em assentamentos rurais de reforma agrária, o que não dialoga com o meu trabalho. Para ampliar o conceito em questão retirou-se inicialmente os filtros e foram encontradas 1,548 pesquisas entre teses e dissertações. Desta forma foi feito um refinamento na área dos programas de pós-graduação em geografia, por ter mais relação com a pesquisa em questão, foram encontradas 33 pesquisas e escolhidas quatro que tem relação com o tema em questão.

**TABELA 3 – BASE DE DADOS – BDTD – REFORMA AGRÁRIA**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **AUTOR** | **TÍTULO** | **CATEGORIA** |
| SANTOS NETO, Pedro Moreira dos. | A produção do espaço agrário em Confresa-MT: expansão agropecuária, conflitos socioespaciais e resistência camponesa no Vale do Araguaia | Dissertação |
| PANTA, Rômulo Luiz Silva | O processo de monopolização do território pelo capital financeiro nos assentamentos rurais da reforma agrária em Sapé-PB | Dissertação |
| COSME, Claudemir Martins. | A expulsão de camponeses assentados como uma das faces da contrarreforma agrária no Brasil: um estudo da evasão nos assentamentos rurais do Ceará | Dissertação |
| DEMIAN, Ferreira Da Cunha. | Geografia da questão agrária em ecoporanga-ES: o caso dos acampamentos Derli Casali e Maria Izabel. | Dissertação |

Tabela: elaborada pelos autores

Quanto ao termo dos movimentos sociais no âmbito dos PPGDR foram encontradas apenas 14 pesquisas e nenhuma apresentou relação com o tema em questão. Então optou-se pelos programas de pós-graduação em geografia onde se encontrou 75 pesquisas das quais escolheu-se quatro, dentre elas havia uma que já tinha sido pesquisada no conceito de reforma agrária, a saber: Santos Neto, 2015, dissertação.

**TABELA 4 – BASE DE DADOS – BDTD – MOVIMENTOS SOCIAIS**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **AUTOR** | **TÍTULO** | **CATEGORIA** |
| GUILHERME JÚNIOR, José Antônio. | Reprodução camponesa em área de assentamento na Amazônia: um estudo no Assentamento João Batista II, Castanhal – Pará | Dissertação |
| ROOS, Djoni | O aprendizado e resistência camponesa nos acampamentos e assentamentos de sem-terra em Quedas do Iguaçu/PR | Dissertação |
| SILVA, Dheverson dos Santos | A territorialidade camponesa no assentamento Sul Bonito em Itaquaraí – MS | Dissertação |

Tabela: elaborada pelos autores

Contudo, repensando o conceito de movimentos sociais e sua amplitude em relação aos vários tipos de movimentos optou-se por definir na pesquisa o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Desta forma, encontramos no âmbito do PPGDR apenas uma pesquisa, com defesa em 2013, intitulada “Lazer no assentamento rural oito de junho: análise a partir da multifuncionalidade da agricultura”, autoria de Martignoni, Luciano, e a mesma não tem relação com o tema em questão.

Sem a escolha pelos programas foram encontradas 1,106 pesquisas sobre o MST na base da BDTD, isso porque usamos a sigla, mas quando colocamos o nome do movimento por extenso esse dado foi para 938 pesquisas. Ao selecionarmos os programas de pós-graduação em geografia foram encontradas 14 pesquisa com base na sigla e 15 pesquisas com base no nome por extenso. Deste panorama as pesquisas selecionadas foram quatro teses e uma dissertação.

**TABELA 5 – BASE DE DADOS – BDTD – MST**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **AUTOR** | **TÍTULO** | **CATEGORIA** |
| FREITAS, Elisa Pinheiro de Freitas. | Agricultura camponesa no território do agronegócio: um estudo sobre os sem-terra de Serra Azul e Ribeirão Preto (SP) | Dissertação |
| NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa Nogueira. | Assentamentos rurais do MST: práticas espaciais, representações e conflitos. | Tese |
| MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo | . A subordinação da força de trabalho dos assentados da reforma agrária federal ao agronegócio da cana de açúcar no território da microrregião de Vitória de Santo Antão – PE. | Tese |
| MIRANDA, Rogério Rego Miranda | . (Contra)Hegemonia e território do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no sudeste paraense | Tese |
| HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza. | O processo de transformação do território no noroeste do Paraná e a construção das novas territorialidades camponesas | Tese |

Tabela: elaborada pelos autores

O conceito de campesinato pesquisado, sem nenhum filtro, alcançou 548 pesquisas. No âmbito dos PPGDR nenhum registro foi encontrado. Na Geografia, no contexto dos programas de pós-graduação, foram encontradas 28 pesquisas. Muitas pesquisas já tinham sido vistas em outros levantamentos. Selecionamos apenas uma, que tem relação com o tema em questão. A pesquisa intitulada, “O trabalho dos camponeses e a produção não-capitalista no assentamento "16 de maio, Ramilândia/PR”, autoria de Gonçalves, Leandro Daneluz, dissertação de mestrado. As outras que tinham relação com o tema do campesinato foram registradas no tópico da reforma agrária e dos movimentos sociais (MST).

Na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) os procedimentos se basearam nos seguintes passos: acesso a base por meio do CAFE (Comunidade Acadêmica Federada), “serviço que corresponde à uma federação de gestão de identidade e que tem o objetivo principal de facilitar a disponibilização e o acesso a serviços da web” (RNP, 2020). Através do CAFE o banco de dados da CAPES pode ser acessado de qualquer lugar. Na caixa de pesquisa foi colocado o conceito de desenvolvimento regional, aparecendo desta forma, 23.117 pesquisas.

No processo de refinamento, filtramos com base em periódicos revisados por pares. Constatamos 19.265 pesquisas, um amplo universo de pesquisas que o conceito de desenvolvimento regional é abordado. Delimitando entre os anos de 2000 a 2020, foram encontradas 18.821 pesquisas, decidiu-se então refinar ainda mais a pesquisa, onde selecionou-se os artigos revisados por pares a partir das palavras-chave: Desarrollo Regional, Regional Development e Desenvolvimento Regional onde encontramos 388 pesquisas. Através da leitura dos resumos das pesquisas apresentadas e das palavra-chave selecionamos oito artigos.

**TABELA 6 – BASE DE DADOS – CAPES – DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **AUTOR** | **TÍTULO** | **CATEGORIA** |
| DINIZ. Clélio Campolina. | Celso Furtado e o desenvolvimento regional | Artigo |
| OLIVEIRA, Edson Aparecida Araujo Querido; BENATI, Maria Antonia Fernandes Nabarro de Oliveira; MORAES, Marcela Barbosa de. | Identidade Territorial e Agricultura Familiar no Município de Rolim de Moura (RO). | Artigo |
| FAJARDO. Sergio. | Some discussions about the economic approach of territory in Geography and its implications in the rural área. | Artigo |
| WINCK, C.A. ; ZONIN, V.J.; SCARTON, L.M. ; DA SILVA, T.N. | Agricultura familiar e rendas alternativas na região da Quarta Colônia/RS | Artigo |
| SHNEIDER, Sérgio. | The territorial approach to rural development and its external articulations. | Artigo |
| FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; BARONE. Luís Antonio. | Parcerias" com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo. | Artigo |
| CARDOZO, Soraia Aparecida (et.al). | New Developmentalism, Public Policies, and Regional Inequalities in Brazil: The Advances and Limitations of Lula’s and Dilma’s Governments. | Artigo |
| EDGAR, Jaimes; RAMOS, Yalitz; PINEDA, Neida. | Propiedad De La Tierra Y La Seguridad Agroalimentaria De Venezuela" | Artigo |

Tabela: elaborada pelos autores

A leitura das pesquisas visa contribuir para a fundamentação teórica do tema, pois a abordagem sobre o conceito de desenvolvimento é muito ampla. As pesquisas escolhidas têm como objetivo central ajudar no debate do desenvolvimento regional no contexto do território da agricultura. Dando continuidade à pesquisa na base de dados da CAPES no que se refere ao conceito de campesinato, enquanto palavra-chave, foram encontradas 742 pesquisas. A partir do filtro delimitado entre os anos 2000 a 2020, no contexto de periódicos revisados por pares, selecionou-se apenas os artigos e com isso delimitou-se 213 pesquisas, das quais foram escolhidas para estudos 15 artigos.

**TABELA 7 – BASE DE DADOS – CAPES – CAMPESINATO**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **AUTOR** | **TÍTULO** | **CATEGORIA** |
| SEYFERTH, Giralda | Campesinato e o Estado no Brasil. | Artigo |
| MELO JR, Luiz. | Por uma teoria alternativa do campesinato nas fronteiras do capitalismo | Artigo |
| FARIA, Alexandre Magno de Melo. | A Não Consolidação das Previsões Clássicas do Fim do Campesinato sob o Capitalismo: Uma Resenha. | Artigo |
| LOPES, Aline Marinho. | Os estudos de Maria Isaura Pereira de Queiroz sobre o campesinato e as transformações no meio rural brasileiro. | Artigo |
| NAROTZKY, Susana. | Where Have All the Peasants Gone? | Artigo |
| DA SILVA, Felipe. | Metamorfoses da questão agrária: controvérsias intelectuais, política e mundo rural no Brasil contemporâneo | Artigo |
| FANELLI, Luca; SARZYNSKI, Sarah. | The Concept of Sem Terra and the Peasantry in Brazil | Artigo |
| MATOS, Patricia Francisca; PESSOA, Vera Lucia Salazar. | Modernization of agriculture in Brazil and new uses of Territory | Artigo |
| MARINHO, Fábio Daniel Pereira Marinho. | O movimento de produção e reprodução do espaço agrário: uma breve discussão teórica sobre o campesinato e a pequena produção rural familiar | Artigo |
| GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth; KARNOPP, Erica; DEPONTI, Cidonea Machado | A Agricultura Camponesa (des)aparecerá frente às determinações do Capital e/ou se (re)criará? | Artigo |
| BERNSTEIN, Henry | A dinâmica de classe do desenvolvimento agrário na era da globalização Class dynamics of agrarian development in the era of globalization | Artigo |
| FERNANDES, Bernardo Mançano. | Development Models for the Brazilian Countryside: Paradigmatic and Territorial Disputes. | Artigo |
| WELCH, Cliff. | Lula and the Meaning of Agrarian reform | Artigo |
| GAMA, Lívia Thaysa Santos de Albuquerque; SANTOS, Cirlene Jeane Santos E. | O campesinato como modo de vida: a produção camponesa no povoado Serrote Grande, Craíbas/AL. | Artigo |

Tabela: elaborada pelos autores

Em relação ao conceito de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra surgiram 1845 pesquisas, a partir dos filtros entre os anos 2000 a 2020, com artigos revisados por pares ficou delimitada 1388 pesquisas. Contudo, foi preciso fazer um refinamento, e com isso optou-se por escolher apenas os seguintes tópicos: reforma agrária, economia, políticas sociais e movimentos sociais. Desta forma, foram delimitadas 354 pesquisas, das quais foram selecionadas 20 pesquisas.

**TABELA 8 - BASE DE DADOS – CAPES - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **AUTOR** | **TÍTULO** | **CATEGORIA** |
| CARZOLA. Ariadna Alonso. | Study on the Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Implementation of the Agrarian Reform to Transform Society | Artigo |
| VALENTE, Rubia R.; BERRY, Brian JL. | Countering Inequality: Brazil's Movimento Sem-Terra. | Artigo |
| STEDILE, João Pedro. | Memories of struggle in the MST. | Artigo |
| STÉDILE, João Pedro. | Resistance and Social Reform in Latin America: Speaking with | Artigo |
| SILVA. Rose Márcia da. | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil e as perspectivas de luta pós-golpe 2016 | Artigo |
| VANDEN, Harry E. | Brazil's landless hold their ground.(REPORT ON SOCIAL MOVEMENTS)(Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). | Artigo |
| VANDEN, Harry E. | Social Movements, Hegemony, and New Forms of Resistance | Artigo |
| GARMANY, Jeff; MAIA, Flávia Bessa; DIAS MARTINS, Mônica. | The MST Challenge to Neoliberalism. | Artigo |
| CARTER, Miguel. | The Landless Rural Workers Movement and Democracy in Brazil. | Artigo |
| CALDEIRA, Rute. Up-dating It | s Strategies and Amplifying Its Frames: The Landless Rural Workers' Movement in Brazil and the Displacement of the Struggle for Land" | Artigo |
| CALDEIRA, Rute. | My land, your social transformation’: Conflicts within the landless people movement (MST), Rio de Janeiro, Brazil | Artigo |
| ONDETTI, Gabriel. | Repression, opportunity, and protest: explaining the takeoff of Brazil's landless movement. | Artigo |
| WITTMAN, Hannah. | Reframing agrarian citizenship: Land, life and power in Brazil | Artigo |
| VENDRAMINI, Célia Regina. | Pesquisa e movimentos sociais | Artigo |
| STEDILE, João Pedro | The Neoliberal Agrarian Model in Brazil | Artigo |
| TEUBAL, Miguel. | Agrarian Reform and Social Movements in the Age of Globalization: Latin America at the Dawn of the Twenty-first Century" | Artigo |
| DE MEDEIROS, Leonilde Servolo. | Social movements and the experience of market-led agrarian reform in Brazil | Artigo |
| PAHNKE, Anthony Munck, Ronaldo; Sankey, | Movement Consolidation and Strategic Shifts: The Brazilian Landless Movement during the Lula and Dilma Administrations | Artigo |
| BARONE, Luís. | A reforma agrária que temos: revisitando uma polêmica acesa | Artigo |
| MATTEI, Lauro. | O debate sobre a reforma agrária no contexto do Brasil rural atual | Artigo |

Os trabalhos sobre o MST, englobam a discussão dos movimentos sociais. Os trabalhos pesquisados além dessa discussão sobre os movimentos abrangem discussões sobre reforma agrária, políticas públicas, território dos assentamentos. Essas discussões centradas no debate do MST se ampliam quando pesquisamos na mesma base de dados sobre reforma agrária e questão agrária, temas bastante correlatos apresentados na pesquisa.

Para delimitarmos melhor as pesquisas com temáticas que possam contribuir para nosso trabalho, pesquisamos sobre reforma agrária na base de dados da Capes e encontramos 5900 pesquisas. Vemos que o debate da reforma agrária tem se tornando amplo, na base de dados a discussão aparece desde 1930. Porém, centramos nossa análise entre os anos 2000 a 2020, e encontramos 5.346 pesquisas. Fez-se então, mais um refinamento na base, escolhendo apenas os artigos com periódicos revisados por pares que nos apresentou 4.956 pesquisas. Centramos a análise a partir dos tópicos de: Social Movements, Geography, Reforma Agrária, Land Reform, Political Science, Economics, Agriculture e Brasil, desta forma centramos nosso refinamento apenas em 1.334 pesquisas. A leitura dos resumos, foi essencial para delimitarmos quais pesquisas seriam escolhidas.

Com isso escolhemos as pesquisas que tinham relação com nossos estudos sobre: o campesinato, o desenvolvimento regional e os movimentos sociais, pois é dessas relações que permeamos a análise de um movimento em constante transformação, ou seja, as ações dos movimentos sociais a partir do campesinato tem contribuído significativamente para pensarmos o desenvolvimento das regiões e a luta pela reforma agrária no Brasil.

As pesquisas selecionadas fazem relação com o nosso trabalho, sobre a questão do desenvolvimento regional e dos movimentos sociais. Apesar da base de dados apresentar um número expressivo de pesquisas com o tema da reforma agrária, muitas delas são repetidas quando usamos as palavras-chave MST, por exemplo e outras por sua vez, não faz relação com a temática em questão.

No que se refere ao refinamento sobre a questão agrária aparecem 1.706 pesquisas, das quais passaram pelo processo de refinamento entre os anos 2000 a 2020, artigos revisados por pares e com base nos seguintes tópicos: Social Movements, Agrarian Question, Geography, Law, Agriculture, Rural Areas, Sociology. A partir deste refinamento ficou delimitado apenas 602 pesquisas, das quais foram realizadas leituras dos resumos para estabelecer a relação com o tema da tese e desta forma, selecionar sete pesquisas.

**TABELA 9 – BASE DE DADOS – CAPES – QUESTÃO AGRÁRIA**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **AUTOR** | **TÍTULO** | **CATEGORIA** |
| CARVALHO FILHO, Jose Juliano de Carvalho Filho. | Campesinato e Agronegócio na América Latina: a Questão agrária atual | Artigo |
| GIRARDI, Eduardo Paulon. | Atlas da Questão Agrária Brasileira e Cartografia Geográfica Crítica | Artigo |
| SILVA, Felipe Maia G. da. | Metamorfoses da questão agrária: controvérsias intelectuais, política e mundo rural no Brasil contemporâneo | Artigo |
| DE PAULA, Roberto; GEDIEL, Jose Antonio Peres. | Questao agrária: entraves juridico processuais recorrentes e desigualdade social | Artigo |
| SCHMITZ. Arno Paulo. BITTENCOURT, Mauricio Vaz Lobo | O Estatuto da Terra no confronto do pensamento econômico: Roberto Campos *versus* Celso Furtado | Artigo |
| CLEPS, Jr. João (et. al). | Reforma agrária em questão (Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA) | Artigo |
| ARAUJO, Cristiano Cassiano de; CALDAS, Alcides dos Santos. | Territory, territorialization, territoriality and the agrarian question: socio-spatial impasses, analytical possibilities | Artigo |

Tabela: elaborada pelos autores

As pesquisas se repetem bastante em relação ao termo questão agrária e reforma agrária. Muitas pesquisas não tinham relação com o tema da tese e outras apareciam apenas a palavra questão, não se relacionado com o termo agrário, com isso muitas pesquisas foram descartadas. As selecionadas são as que mais se aproximam do debate sobre o campesinato e a questão regional.

A base da Scientific Electronic Library Online – SciELO foi escolhida para ser uma fonte de pesquisa abrangente e que disponibiliza vários periódicos. Inicialmente, a escolha de periódicos centrou-se na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR) a qual está ligada a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). Com base nos levantamentos bibliográficos acima, centramos nossa pesquisa na revista a partir dos cinco conceitos a seguir: desenvolvimento regional; campesinato; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); questão agrária e reforma agrária.

Dos artigos pesquisados, infelizmente, no universo de 41 pesquisas, não foi encontrado na revista nenhum artigo que se relaciona com meu tema. Porém o artigo de Feitosa, Luciana da Costa e Aranha, Pablo Ruyz intitulado “A “cegueira geográfica” nas políticas públicas territoriais e regionais brasileiras” apresenta uma grande contribuição para compreendermos que, as políticas de desenvolvimento regional devem partir com base na realidade do território, e, não vim com políticas de cima para serem implantadas e não discutidas com a população local.

Nesse contexto discutimos as políticas de desenvolvimento no campo, pois o campo tem uma outra realidade e consequentemente as políticas de desenvolvimento voltadas para os camponeses não pode partir de uma única realidade, uma vez que a realidade camponesa no Brasil, entre as regiões, é bem distinta, para compreendemos essa discussão, foi escolhido o artigo acima mencionado.

No termo do campesinato não foram encontrados resultados na presente revista, porém ao colocar-se o conceito de agricultura familiar, apenas um artigo aparece. Intitulado “As secas no Jequitinhonha: demandas, técnicas e custos do abastecimento no semiárido de Minas Gerais”, autoria de Silva, Jeter Liano et al, publicado no ano de 2020, artigo não foi escolhido por não fazer relação com o trabalho.

As palavras-chave do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ou MST e questão agrária não obteve nenhum resultado na revista em questão. Entretanto, o conceito de reforma agrária apresentou um resultado de autoria REBELLO, Yúri de Alcântara Pinto; LIMA, José Júlio Ferreira e LIMA, CASSIANO, Alberto Patrick, intitulada “Políticas de habitação e a urbanização periurbana na Amazônia: o caso do Assentamento Mártires de Abril, Mosqueiro, Belém, Pará”.

Merece bastante atenção que os conceitos que ora proponho pesquisar no âmbito de uma Revista de Estudos Urbanos é bem distante. Porém, a escolha pela revista é para traçarmos um parâmetro de que espaços de discussão os temas em questão estão ocupando. É importante ressaltar que, a questão da reforma agrária e da luta pela terra não se aplica apenas as necessidades do campo, pois afirmamos que a problemática do campo também é uma problemática do urbano, uma vez que não se pensa um dissociado do outro, devido as suas interrelações no contexto produtivo, econômico, social, educacional e político.

No intuito de ampliar a pesquisa na base da Scielo, fizemos o levantamento com as palavras-chave de forma ampla na caixa de pesquisa de índices e assuntos. Desenvolvimento regional foi a primeira palavra a ser pesquisada, foram encontrados 105 trabalhos, dos quais escolhemos apenas cinco trabalhos que tem relação com a pesquisa.

Apesar do debate sobre a questão agrária ser amplo, encontrou-se poucas pesquisas no Scielo, apenas 28. As escolhidas têm relação com o tema da pesquisa. Centramos a análise a partir dos resumos dos trabalhos para fazermos as escolhas dos textos. Para ampliar o debate da questão agrária a pesquisa sobre reforma agrária é o complemento fundamental. Foram encontradas 68 pesquisas, e muitas se repetem nos filtros já vistos antes, tanto na Scielo quando se pesquisou sobre a questão agrária, quanto na base da Capes e desta forma, foram escolhidas apenas oito pesquisas sobre o conceito de reforma agrária.

**TABELA 10 – BASE DE DADOS – SCIELO – DESENVOLVIMENTO REGIONAL – QUESTÃO AGRÁRIA – REFORMA AGRÁRIA**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **AUTOR** | **TÍTULO** | **CATEGORIA** |
| NORONHA, Gustavo Souto; FALCON, Maria Lúcia de Oliveira. | A disputa entre modelos para o campo: apontamentos sobre a questão agrária no Brasil em busca de um novo paradigma. | Artigo |
| SCHNEIDER, Sérgio. PARRÉ, José Luiz. | A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas | Artigo |
| GUILHOTO, Joaquim José Martins. | A desconcentração regional do agronegócio brasileiro. | Artigo |
| CARLEIAL, Liana. | O desenvolvimento regional brasileiro ainda em questão. | Artigo |
| MONTE, Paulo Aguiar do; PEREIRA, Ana Elizabete da Silva. | Um estudo regional dos determinantes da geração de renda e construção da cidadania nos Projetos de Assentamentos | Artigo |
| **QUESTÃO AGRÁRIA** | | |
| DEZEMONE, Marcus. | A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. | Artigo |
| TRASPADINI, Roberta. | Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente | Artigo |
| HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir e LEITE, Sérgio Pereira | Sociedade e Economia do "Agronegócio" no Brasil. | Artigo |
| NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques e VARGAS, Neide César. | Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. | Artigo |
| MARTINS, José de Souza. | Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível. | Artigo |
| **REFORMA AGRÁRIA** | | |
| COCA, Estevan Leopoldo de Freitas | Identidades dos Camponeses Assentados no Território Cantuquiriguaçu, | Artigo |
| MARTINS, José de Souza. | A reforma agrária sem segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. | Artigo |
| PEREIRA, João Márcio Mendes. | Estado e mercado na reforma agrária brasileira (1988-2002) | Artigo |
| OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa, & ZANGELMI, Arnaldo José. | Trabalhadores rurais, Igreja Católica e Reforma Agrária: conquista de terras no Vale do Rio Doce de Minas Gerais durante a década de 1980. | Artigo |

Tabela: elaborada pelos autores

No conceito de Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram encontradas 215 pesquisas, muitas repetidas e já selecionadas no contexto das palavras-chave, questão agrária e reforma agrária. Outras não tinham relação alguma com o tema proposto pela pesquisadora, sendo apenas necessário identificarmos uma pesquisa intitulada: Sem-Terra: os sentidos e as transformações de uma categoria de ação coletiva no Brasil, de Rosa, Marcelo Carvalho e publicada na Revista de Cultura e Política em 2009.

No conceito de campesinato foram encontradas 54 pesquisas, algumas já foram vistas na base da Capes e selecionadas, outras na base da Scielo e outras não fazem relação com o trabalho em questão. Neste sentido, foram escolhidas duas novas pesquisas: 1. LIMA, Francisco Valdenir. Territorialização do agronegócio e resistência camponesa, 2016. 2. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. 2001.

A pesquisa bibliográfica é de suma importância para que possamos atualizar os principais debates e traçarmos um panorama sobre os temas que englobam a condição do campesinato no Brasil, as relações culturais dos movimentos sociais, a consolidação dos movimentos, a construção do território camponês, os processos de territorialização e desterritorialização do campesinato, avanço do agronegócio, a teoria do desenvolvimento desigual, a questão regional, os processos de desenvolvimento do campesinato.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo sobre o campesinato no Brasil, requer analisar o período histórico de formação territorial do país, pois o campesinato está na base da formação territorial do Brasil. O campesinato é um trunfo para novas formas de lidar com a terra e com o desenvolvimento do campo, ele é considerado como uma classe social que resiste e luta constantemente por sua permanência na terra.

A resistência do campesinato implica a luta pra manter seu modo de vida, suas ideologias, suas relações sociais. Sua luta tem criado novas dimensões no campo, novas formas de produzir e lidar com a terra, buscando desta forma, a sustentabilidade ambiental. O que vai contra o modo de produção capitalista, que é o modelo que provoca a intensificação do desenvolvimento desigual.

A mudança dessa realidade só pode ocorrer a partir de novos modelos de desenvolvimento e novas formas de produção que podem estar atribuídas as relações de cooperação e mudanças na estrutura fundiária do país.

Através das lutas do campesinato, no contexto dos movimentos sociais que pode haver provocar profundas mudanças no território do campo. Uma vez que, a pressão sobre o Estado frente as desigualdades no campo, refletidas pela alta concentração de terras, pobreza, falta de infraestrutura e de políticas públicas, é necessária para a conquista de direitos que são negados aos camponeses.

A luta pela terra, moradia, trabalho e educação decorrentes do descontentamento do campesinato é uma recusa ao inevitável, ou seja, as desigualdades, a violência, a miséria e, exploração crescente. Essa recusa ao inevitável, provocado pelo sistema capitalista, deve ser permeada de sugestões de mudanças na estrutura do modo de vida camponesa. Uma utopia que os move, é a desestruturação da concentração de terras no Brasil, a tão sonhada reforma agrária, mas que os liberta, pois esta classe social tem se realizado através de suas ações de luta pela terra no Brasil.

**REFERÊNCIAS**

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária**. Disponível em;   
< <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/configuracao.htm>>. Acesso em 05 de março de 2021.

GONH, Maria d Glória (org.) **Movimentos Sociais no início do século XXI**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

MARX, Karl.O Capital: crítica da economia política**. 12.ed. Rio de Janeiro, Bertrond Brasil, 1988. “Capítulo 24”.**

RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - Comunidade Acadêmica Federada (CAFe). Disponível em: <<https://www.rnp.br/servicos/alunos-e-professores/identidade-e-seguranca/cafe>> Acesso em 24 de fevereiro de 2021.

VERGÉS, Armando Bartra. **Os** **novos camponeses: Leituras a partir do México profundo**. Trad. Maria Angélica Pandolfi. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2011.

WANDERLEY. Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** XX Encontro Anual da Anpocs, 1996. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-5.pdf>> Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

WELCH, Clifford Andrew [et.al]. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas.** v.1. São Paulo, Ed.Unesp e Brasília, Nead, 2009.